



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

## ***ANEXO I***

# ***OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DO MUNICÍPIO***



## ANEXO I

### OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DO MUNICÍPIO

1. Alimentação Escolar (Lei n.º 11.947, de 16/06/2009);
2. Apoio ao Transporte Escolar (Lei n.º 10.880, de 09/06/2004);
3. Assistência médica e odontológica a servidores civis, compreendendo ativos e inativos, e pensionistas, e respectivos dependentes;
4. Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (Lei n.º 8.142, de 28/12/1990);
5. Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis (Lei n.º 9.313, de 13/11/1996);
6. Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar em Regime de Gestão Plena, Prestado pela Rede do Sistema Único de Saúde – SUS;
7. Auxílio Alimentação;
8. Auxílio Transporte a Servidores e Empregados;
9. Benefícios dos Regimes Geral e Próprio da Previdência Social;
10. Dinheiro Direto na Escola (Lei n.º 11.947, de 16/06/2009);
11. Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças (Lei n.º 8.080, de 19/09/1990);
12. Pagamento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Idosa - LOAS (Lei n.º 8.742, de 07/12/1993);
13. Pagamento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Portadora de Deficiência - LOAS (Lei n.º 8.742, de 07/12/1993);
14. Pessoal e Encargos Sociais;
15. Piso de Atenção Básica Fixo (Lei n.º 8.142, de 28/12/1990);
16. Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família (Lei n.º 8.142, de 28/12/1990);
17. Proteção Social Básica de Atenção Integral à Família – PAIF;
18. Proteção Social Básica à Criança e Adolescente;
19. Sentenças judiciais transitadas em julgado, inclusive as consideradas de pequeno valor;
20. Serviço da dívida.